

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

PROCESSO: 2017/037016  
 RECORRENTE: ADRIANA MARIA S PEREIRA  
 RECORRIDO: SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - SIT  
 AUTO DE INFRAÇÃO: C000062834

JARI - Junta Administrativa de Recursos de Infração.

ACÓRDÃO JARI Nº

EMENTA: Inobservância da recorrente quanto ao que determina o art. 4º, Incisos I e II da Resolução 299/08 CONTRAN. Recurso Intempestivo e Parte Ilegítima. Recurso não conhecido.

**Relatório**

Trata-se de Recurso interposto com fundamento no **Art. 13, da Resolução 404/2012 do CONTRAN**, em oposição à lavratura de auto de infração de número **R00062834**. Ocorre que o Recorrente não observou o quanto determinado pelo art. 4º, II da Resolução 299/08 do CONTRAN.

É o relatório.

**Voto**

Da análise das razões do recurso, percebe-se que o Recorrente NÃO superou TODAS as questões de admissibilidade do recurso, especificamente no que pertine ao quanto exigido pelos **incisos I e II da Resolução 299/08 do CONTRAN (recurso intempestivo e não comprovada a legitimidade)**. Vejamos:

**Art. 4º A defesa ou recurso não será conhecido quando:**

**I - for apresentado fora do prazo legal;**

**II - não for comprovada a legitimidade;**

Desta forma, apresentou recurso fora do prazo, eis que o prazo fixado da NIP – Notificação de Imposição de Penalidade para apresentação do recurso cabível é datado de 17/05/2017 e o protocolo neste Órgão Atuador (SEINFRA/SIT) se deu em 20/09/2017.

Por conseguinte, percebe-se dos autos que quem subscreveu a petição foi o Sr. REGINALDO ARAÚJO DOS SANTOS, não sendo proprietário legal do veículo infrator, visto que o CRLV acostado às razões dá conta de que a proprietária do veículo é a Sra. Adriana Maria S. Pereira. Desta forma, a pessoa que assina as razões só estaria autorizada (legitimada) a apresentar o recurso a esta JARI em apenas duas hipóteses: a) agindo em nome próprio, na condição de condutor devidamente apresentado, ao órgão de trânsito (SEINFRA/SIT), no prazo legal fixado na NAI, fato que não ocorreu, pois ao proceder com a “Consulta Específica de Processo de Auto de Infração de Trânsito do SMT” confirma-se a inexistência da referida medida pela proprietária do veículo à época, conforme print abaixo:

SMT - Consulta Específica de Processo de Auto de Infração de Trânsito

Oficial: Ano: Processo: Auto Infração: AIT: C000062834 Placa: DUW4477 Off-Line: Orgão: Ano: Processo:

Interessado: Código: Tipo: Cpl / Cnpj: Nome: De:

Assunto: Assunto: Resultado: Resultado: Período - Parâmetro: De: Até: / /

Parâmetro de Período: Entrada Registro de Julgamento Julgamento Arquivamento

Orgão	Ano	Processo	Assunto	Auto de Infração	Placa	Resultado	Junção
SEINFRA/S	2017	37016	Recurso à Jari	C000062834	DUW4477	Resultado	

Processo: Julgamento: Orgão Off-Line: Setor Atual: JARI Entrada: 20/09/2017  
 Processo Off-Line: Arq. / Ord: Reg. Julgamento:  
 Processo Externo: Julgamento:  
 Interessado: ADRIANA MARIA S PEREIRA Arquivamento:  
 Publicação D.O.E.:

31/08/2020 14:55:45 FABIO.DANTAS | Versão: 03.01.11-02

**JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO DE INFRAÇÃO – JARI, CONSTITUÍDA ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 020 DE 13 DE FEVEREIRO DE 2017, PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA NO DIA 14 DE FEVEREIRO DE 2017.**

b) em nome alheio, na condição de procurador, quando deveria acostar instrumento de mandato devidamente subscrito pelo proprietário outorgando-lhe poderes específicos de representação, o que também não ocorreu.

Desta forma e por estes motivos, VOTO no sentido de **NÃO CONHECER** do recurso interposto, **pelas razões ora expostas, julgando VÁLIDO o Registro do Auto de Infração nº. C000062834, mantendo sua exigibilidade**, lavrado contra ADRIANA MARIA S PEREIRA .

**Resolução**

ACORDAM os membros da Junta Administrativa de Recursos de Infração, por unanimidade, **NÃO CONHECER** do Recurso apresentado, mantendo a exigibilidade do Auto de Infração nº. **R00062834**, pelas razões de direito aqui expostas.

Este Acórdão encontra-se, em arquivo neste órgão julgador e terá validade legal desde que acompanhado da Ata de Reunião do dia específico de julgamento devidamente chancelada pelos representantes legais, tudo quanto determinado pelo Art.25 incs. II, IV, VI, X, XI e Art.26 inc. VII do Regimento Interno homologado pelo Decreto nº. 17.825/17.

Sala das Sessões da JARI, 01 de setembro de 2020

Fábio Reis Dantas - Membro suplente em exercício – SIT- Relator

Gustavo Adolfo Quintella de Cerqueira – Membro Titular / SEINFRA– Presidente

Alba Valéria Alves Coelho - Membro Titular/ DETRAN

Maria Fernanda Cunha – Secretária da JARI